TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DE COMPRA

Groz-Beckert Portuguesa Unip.Lda., R. Fábrica das Agulhas, n.ºs 71 e 238, 4409-516 Vila Nova de Gaia

Contents

Contents.....1

§ 1 Âmbito de Aplicação.....1

§ 2 Celebração de contrato1

§ 3 Objeto de atuação2

§ 4 Modelos, ferramentas, desenhos, esboços, logótipo.....2

§ 5 Conformidade dos fornecedores, direitos de auditoria.2

§ 6 Termos de Pagamento3

§ 7 Preços, expedição, embalagem, entrega.....3

§ 8 Prazo de entrega e desempenho3

§ 9 Retenção do título.....4

§ 10 Aceitação4

§ 11 Garantia contra defeitos, , responsabilidade.....5

§ 12 Recurso contra o fornecedor6

§ 13 Direito de rescisão em caso de força maior7

§ 14 Direitos de propriedade7

§ 15 Declaração de conformidade CE / Declaração de fabricante / certificado de origem / certificados / aprovações7

§ 16 Confidencialidade7

§ 17 Disposições finais, local de jurisdição, lei aplicável8

§ 1 Âmbito de Aplicação

1. As presentes condições gerais de compra aplicam-se à aquisição de bens, serviços, nomeadamente de instalação, reparação e manutenção e outros serviços em geral.
2. A nossa relação com o fornecedor rege-se exclusivamente pelas presentes Condições Gerais de Compra. Estas aplicam-se igualmente a todas as transações futuras, bem como a todos os contactos comerciais com o fornecedor, tais como o início de negociações contratuais ou o início de um contrato, mesmo que não sejam expressamente acordadas novamente ou que não seja feita referência expressa às mesmas.
3. Não reconhecemos quaisquer termos e condições do fornecedor que se desviem ou entrem em conflito com os nossos Termos e Condições de Compra. A aplicação dos termos e condições gerais do fornecedor é expressamente rejeitada, exceto se for aprovada pelo departamento de compras da Groz-Beckert.
4. As versões anteriores dos nossos termos e

condições gerais de compra, são substituídas pelos presentes Termos e Condições de Gerais Compra

5. O fornecimento dos bens/serviços encomendados, bem como o pagamento da contrapartida acordada, constituem um reconhecimento da aplicação das presentes Condições Gerais de Compra.

§ 2 Celebração de contrato

1. Efetuamos as nossas encomendas, alterações às encomendas e adiamentos de entrega por escrito, através de transmissão remota de dados, correio eletrónico ou fax Em caso de dúvida, o conteúdo dos acordos verbais e dos acordos efetuados por telefone (conversações) só será vinculativo se tiver sido confirmado por nós, em forma escrita. Cada encomenda, alteração de encomenda, bem como cada pedido de entrega, deve ser confirmado pelo fornecedor em forma escrita, o mais breve possível. Se esta confirmação de encomenda, não for enviada no prazo de sete dias de calendário, a contar da receção da nossa encomenda ou da alteração da encomenda, ou se a nossa encomenda não for aceite num prazo de sete dias de calendário, deixaremos de estar vinculados à encomenda e teremos o direito de a rescindir. As reclamações de entrega tornam-se vinculativas se o fornecedor não as recusar no prazo de sete dias de calendário a contar da sua receção.

Se, em vez de uma encomenda nossa, nos for feita uma oferta pelo fornecedor ou se o fornecedor responder a uma das nossas encomendas, com um atraso ou com uma oferta alterada, o contrato só será normalmente celebrado com base na nossa encomenda inicial ou na alteração de encomenda.

2. Qualquer referência a relações comerciais com a nossa empresa, em materiais publicitários ou documentos de referência, ou a utilização de marcas comerciais e de identificação a que temos direito, requer o nosso consentimento prévio por escrito.
3. Os orçamentos ou estimativas de custos que nos forem apresentados pelo fornecedor, são vinculativos e devem ser elaborados pelo fornecedor a título gratuito.

§ 3 Objeto de atuação

1. O fornecedor obriga-se a entregar ou executar os bens/serviços encomendados por nós, em conformidade com os acordos contratuais. Os desvios, só serão permitidos com o nosso consentimento expresso por escrito. O fornecedor deve garantir que os bens/serviços, são fornecidos com materiais adequados e que cumprem as regras técnicas, geralmente reconhecidas, os regulamentos de segurança legais e oficiais e os regulamentos de proteção ambiental que constituem a legislação aplicável ou que já foram adotados com um período de transição e que irão certamente entrar em vigor, e em particular os regulamentos legais relevantes aplicados em Portugal e na União Europeia (em particular: as diretivas de baixa tensão e EMC, na medida em que sejam da responsabilidade do fornecedor, as diretivas RoHS, a diretiva REACH), bem como os regulamentos dos EUA relacionados com conflito de minerais (Dodd-Frank Act). O fornecedor é obrigado a fornecer as informações necessárias em conformidade com o artigo 33.º da diretiva REACH, entre outras coisas, juntamente com os bens a fornecer.
2. Se encomendarmos peças que o fornecedor fabrica de acordo com um desenho, esboço ou modelo especificado por nós, o fornecedor deve, a nosso pedido, apresentar um relatório de ensaio com a entrega dos bens ou serviços, a partir do qual, se podem deduzir as características do produto, tais como dimensões, etc..
3. Se o fornecedor efetuar alterações no tipo de composição do material processado ou na conceção dos seus produtos ou serviços, em comparação com produtos ou serviços semelhantes, que nos tenham sido fornecidos anteriormente, será obrigado a informar-nos dessa circunstância o mais breve possível. Tais alterações requerem sempre o nosso consentimento.

§ 4 Modelos, ferramentas, desenhos, esboços, logótipo

Se, no âmbito da preparação de orçamentos, encomendas ou bens/serviços, fornecermos ao fornecedor informações e documentos, nomeadamente modelos, amostras, equipamento de produção, ferramentas,

equipamentos de teste e de medição, desenhos, folhas de trabalho, modelos impressos ou outros materiais continuarão a ser nossa propriedade. Estes devem ser guardados pelo fornecedor com o devido cuidado e diligência, gratuitamente e separadamente de outros artigos na sua posse, marcados como propriedade nossa e utilizados pelo fornecedor apenas para o fornecimento dos nossos bens/serviços. Os modelos e ferramentas colocados à disposição do fornecedor devem ser segurados por este, a expensas suas, contra riscos, como incêndio, água, roubo e perda. Todas as informações e documentos devem ser tratados com confidencialidade por parte do fornecedor, de acordo com o estipulado no § 16.

§ 5 Conformidade dos fornecedores, direitos de auditoria.

1. É feita referência expressa ao nosso Código de Conduta para Fornecedores, disponível em www.groz-beckert.com.
2. O fornecedor compromete-se a respeitar o nosso Código de Conduta e a aplica-lo ao longo da sua cadeia de abastecimento, nomeadamente a tornar a declaração relativa aos seus próprios fornecedores uma parte essencial do seu quadro de obrigações.
3. Antes de contratarmos o fornecedor pela primeira vez e, posteriormente, com regularidade, verificaremos se o fornecedor cumpre os requisitos do nosso Código de Conduta. Para este efeito, podemos, por exemplo, obter informações do fornecedor, solicitar a apresentação de certificados existentes de peritos, certificações ou auditorias internas, ou analisar as medidas do fornecedor em consulta com mesmo ou mandar efetuar auditorias por auditores externos a nomear em casos individuais. Temos o direito de verificar se esses requisitos são cumpridos pelo fornecedor nas suas operações comerciais através de controlos por amostragem, que devem, em regra, ser notificados com antecedência.
4. O fornecedor compromete-se a cumprir os regulamentos legais, relativos ao pagamento de salários mínimos e a obrigar os seus fornecedores a fazer o mesmo, incluindo o exercício do seu controlo efetivo. A nosso pedido, o fornecedor deve fornecer-nos,

rapidamente, as provas consideradas relevantes sobre o seu cumprimento.

§ 6 Termos de Pagamento

1. Os prazos de pagamento terão início na data de entrega ou de execução acordada, nunca antes da data de receção dos bens ou da data de conclusão da execução, da aceitação dos bens ou serviços - na medida em que tal tenha sido acordado ou esteja previsto na lei - e da faturação correta. Se tiver sido acordada a emissão de outras certificações ou de certificados de inspeção de materiais, os prazos de pagamento não começarão antes da receção desses documentos. Estes documentos fazem parte integrante da entrega e devem ser apresentados, o mais tardar, cinco dias consecutivos, após a receção da mercadoria ou da fatura.
3. Salvo acordo em contrário com o departamento de compras, para os pagamentos efetuados no prazo de 14 dias de calendário após a receção das mercadorias, o fornecedor concederá um desconto de 3% para pagamento a pronto. Caso contrário, o pagamento será efetuado pelo valor líquido, no prazo de 30 dias de calendário. Se os bens ou serviços fornecidos contiverem defeitos ou se forem descobertos defeitos dentro deste período, teremos o direito de retenção e o pedido de pagamento do fornecedor não será devido até à retificação final do defeito ou até que seja feita uma entrega de substituição sem defeitos. Neste caso, teremos também o direito de deduzir o desconto financeiro.
4. Salvo acordo em contrário, com o departamento de compras, teremos o direito de efetuar os pagamentos com meios de pagamento à nossa escolha, em numerário, transferência bancária, cheque ou letra de câmbio com desconto, com despesas de desconto e impostos a cargo do fornecedor.
5. A liquidação de uma fatura não será considerada como uma renúncia a reclamações por defeitos. Em caso de entrega defeituosa, temos o direito de reter o pagamento numa base proporcional até que seja efetuada a execução adequada.
6. A compensação pelo fornecedor só será permitida se o seu pedido de indemnização for devido, não contestado ou tiver sido definitivamente estabelecido por um tribunal. O mesmo se aplica aos direitos de retenção, desde

que o fornecedor não possa invocar a exceção de incerteza, nos termos do artigo 428º do Código Civil Português (CC), no caso de serviços antecipados a prestar pelo fornecedor.

§ 7 Preços, expedição, embalagem, entrega

1. Salvo acordo em contrário, os preços acordados são sempre preços fixos e incluem os custos de embalagem e de expedição. Na ausência de indicação de preços na encomenda, aplicar-se-ão os preços de tabela do fornecedor com as deduções habituais. Se o fornecedor reduzir os preços das mercadorias encomendadas antes da entrega, aplicar-se-ão os preços reduzidos. Salvo acordo em contrário no contrato, as mercadorias devem ser sempre enviadas DAP para o destino indicado na encomenda (Incoterms 2020). Os custos de embalagem ficam a cargo do fornecedor.
2. Devem ser emitidas uma única nota de entrega e uma única fatura para cada entrega e a fatura deve ser enviada eletronicamente para invoice.gbp@groz-beckert.com. Os documentos devem corresponder, palavra a palavra, com as designações usadas na nossa encomenda e devem conter a seguinte informação:
 - Data, Numero e referência da encomenda;
 - Conteúdo da remessa;
 - Status da encomenda
 - Numero fiscal do fornecedor.
3. Se, a título excecional, tiver sido acordado um fornecimento com um Incoterm diferente do indicado no ponto 1, o fornecedor deve ter em atenção que nós próprios subscrevemos um seguro contra riscos de transporte através da assinatura de um "seguro de expedição, logística e armazenamento". Neste sentido, como cliente, renunciamos a qualquer outro seguro de transporte.
4. Nós próprios efetuamos o desalfandegamento. Para que possamos efetuar o desalfandegamento, o fornecedor é obrigado a enviar todas as mercadorias com o documento de trânsito aduaneiro T1. O desalfandegamento será então efetuado por nós.

§ 8 Prazo de entrega e desempenho

1. As datas e os prazos acordados são vinculativos. A receção dos bens ou a execução do serviço ou, no caso de serviços de obras, a aceitação por nós é decisiva para o

cumprimento da data de entrega ou do prazo de execução. O fornecedor compromete-se a notificá-los imediatamente, por escrito, se surgirem ou se tornarem evidentes circunstâncias que indiquem que o prazo de entrega ou de execução acordado não pode ser cumprido. Essa notificação não isenta o fornecedor da sua responsabilidade por atrasos.

2. O fornecedor só pode invocar a falta de documentos ou de informações necessárias, ou de materiais, serem fornecidas por nós, como um obstáculo ao seu desempenho, se nos tiver enviado um pedido por escrito, para o fornecimento de tais documentos, informações ou materiais e não os tiver recebido - na medida em que temos o dever de os fornecer - num período de tempo razoável.
3. As entregas antecipadas não terão qualquer influência na data de pagamento acordada. As entregas parciais só serão aceites após acordo expresso. O restante fornecimento deve ser indicado nos documentos de fornecimento. Se não tiverem sido acordadas entregas parciais, a data de pagamento acordada, será calculada a partir da data da entrega completa, o mais cedo possível.
4. O fornecedor considerar-se-á em falta com a entrega, mesmo sem a emissão de um aviso, logo que a data de entrega acordada como vinculativa, em cada caso, seja ultrapassada.
5. Se tiver sido acordada e incorrida uma penalização contratual por incumprimento de datas e prazos, a nossa empresa pode reclamá-la até ao pagamento final e deduzi-la desse pagamento. A multa contratual será aplicada em função dos danos causados pelo atraso.
6. Se o atraso na entrega se dever a culpa do fornecedor, este será responsável, sem limitações, por quaisquer danos sofridos por nós em resultado do atraso.
7. A aceitação de uma entrega, não implica a renúncia a pedidos de indemnização por danos resultantes de um atraso na entrega.

§ 9 Retenção do título

1. Qualquer transformação, mistura ou combinação (transformação posterior) pelo fornecedor dos artigos fornecidos será efetuada por nossa conta. O mesmo se aplica em caso de processamento posterior por nós dos bens fornecidos, pelo que seremos considerados o fabricante e adquiriremos a propriedade do

produto o mais tardar com o processamento posterior, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

2. A transferência de propriedade dos bens para nós deve ser incondicional e independente do pagamento do preço. No entanto, se, em casos individuais, aceitarmos uma proposta do fornecedor para a transferência de propriedade condicionada ao pagamento do preço de compra, a reserva de propriedade do fornecedor expirará, o mais tardar, aquando do pagamento do preço de compra dos bens fornecidos. Continuamos autorizados a revender os bens no decurso normal da atividade comercial, mesmo antes do pagamento do preço de compra, com a cessão antecipada do crédito daí decorrente (ou, em alternativa, a aplicação da reserva de propriedade simples alargada à revenda). Isto exclui todas as outras formas de reserva de propriedade, em particular a reserva de propriedade alargada, a reserva de propriedade transferida e a reserva de propriedade alargada ao processamento posterior.

§ 10 Aceitação

1. No caso de serviços de trabalho que exijam aceitação e nos casos em que nós tenhamos acordado a aceitação com o fornecedor, aplicar-se-á o seguinte: A aceitação terá lugar após a conclusão do desempenho global. A aceitação só pode assumir a forma de uma aceitação formal. O fornecedor deve solicitar-nos a aceitação em tempo útil. Somos obrigados a aceitar as mercadorias, desde que os pré-requisitos para a aceitação estejam preenchidos.
2. A aceitação não pode ser recusada devido a defeitos insignificantes. Se não declararmos a aceitação em tempo útil, o fornecedor pode fixar-nos um prazo razoável para a declaração. O resultado relevante será considerado como tendo sido aceite após o termo do prazo se não declararmos a aceitação por escrito dentro do prazo estabelecido nem explicarmos ao fornecedor por escrito quais os defeitos que ainda têm de ser corrigidos. No entanto, esta consequência jurídica só ocorrerá se o fornecedor nos tiver informado, juntamente com a fixação do prazo, das consequências de uma aceitação que não tenha sido declarada ou que tenha sido recusada sem indicação de quaisquer defeitos. Esta informação deve ser fornecida sob a forma escrita.

§ 11 Garantia contra defeitos, , responsabilidade

1. Aceitamos bens fornecidos sujeitos a uma inspeção para assegurar que estão isentos de defeitos. Se enviarmos uma notificação de defeitos no prazo de 14 dias de calendário após a receção da entrega por nós, cumprimos a nossa obrigação de inspecionar e notificar os defeitos de acordo com o artigo 1218º do Código Civil Português (CC) no que diz respeito a defeitos óbvios nos bens/serviços. A nossa obrigação de inspecionar limita-se aos defeitos que são visíveis durante a verificação das mercadorias recebidas, através de um exame externo, com base nos documentos de entrega (por exemplo, danos no transporte, entrega incorreta e incompleta) ou que são reconhecíveis durante o nosso controlo de qualidade por amostragem aleatória. Se tivermos celebrado um acordo com o fornecedor sobre uma inspeção de mercadorias à saída (por exemplo, um acordo de garantia de qualidade ou acordos semelhantes sobre inspeções de mercadorias à saída a realizar pelo fornecedor), que inclui, nomeadamente, uma inspeção da funcionalidade, bem como quaisquer outras características acordadas, a nossa obrigação de inspeção limitar-se-á aos defeitos que se tornem evidentes durante a verificação de mercadorias à entrada, através de uma inspeção externa das mercadorias e dos documentos de entrega.. Se uma verificação de qualidade não for possível de ser efetuada no prazo de 14 dias consecutivos notificaremos o fornecedor dos defeitos visíveis imediatamente após a inspeção e identificação do defeito . A este respeito, o fornecedor renuncia à objeção de notificação tardia dos defeitos. Não obstante, o nosso dever de análise, a nossa reclamação (notificação de defeito) será considerada pronta e oportuna se for enviada no prazo de 14 dias corridos a contar da descoberta do defeito ou, no caso de defeitos evidentes, da entrega efetiva
2. Se os bens/serviços do fornecedor contiverem defeitos de qualidade ou se houver uma violação de obrigações por parte do fornecedor, teremos o direito de fazer valer as reivindicações legais por defeitos de qualidade (garantias e reclamações de responsabilidade).
3. Se tivermos direito a uma reclamação legal por desempenho posterior, o fornecedor deve, a nosso critério, reparar o defeito ou entregar os

bens sem defeitos. A disposição de 1221 do Código Civil Português (CC) não será afetada por isto. Os custos adicionais decorrentes do facto de termos transferido os bens defeituosos para outro local, após a entrega serão suportados pelo fornecedor se essa transferência corresponder ao uso pretendido dos bens.

- 3.1. Se a inspeção das mercadorias recebidas for realizada por amostragem, conforme acordado, teremos o direito de fazer reivindicações para o desempenho posterior em relação a toda a entrega, se o padrão de qualidade exigido não for atingido.
- 3.2. Se a prestação suplementar falhar ou se o fornecedor recusar o tipo de prestação suplementar selecionado, podemos rescindir o contrato celebrado, reduzir o pedido de remuneração existente contra nós ou, se o fornecedor não conseguir provar que não teve culpa dos defeitos, exigir uma indemnização em vez da prestação. O mesmo se aplica se o desempenho subsequente do fornecedor não for razoável para nós. Isto aplica-se, em particular, se o fornecedor não cumprir imediatamente a sua obrigação de reparar o defeito, apesar de ter sido solicitado a fazê-lo, e se houver a ameaça de perigos graves ou de danos maiores. Nestes casos, temos também o direito de mandar efetuar os trabalhos de reparação por nós próprios ou por terceiros, a expensas do fornecedor. Isto aplica-se, em particular, se danos graves - em especial, reclamações por parte do nosso cliente devido a incumprimento - só puderem ser evitados através da reparação do defeito por nós ou por terceiros por nós contratados. Informaremos o fornecedor deste facto. Tal não afetará quaisquer outros direitos legais - tais como pedidos de reembolso de despesas.
- 3.3. O decurso dos prazos legais de prescrição será suspenso enquanto durarem as tentativas de cumprimento posterior por parte do fornecedor. A suspensão dos prazos de prescrição começa no momento da nossa notificação de defeitos. A suspensão do prazo de prescrição só termina quando os bens fornecidos puderem ser utilizados sem defeitos. Para as peças recém-entregues durante o prazo de prescrição no âmbito da garantia de defeitos, o prazo de prescrição recomeçará no momento em que o fornecedor tiver satisfeito completamente as nossas reivindicações de uma nova entrega, a

- menos que tenhamos de presumir, a partir do comportamento do fornecedor, que este não se considerou obrigado a tomar tal medida, mas apenas efetuou a entrega de substituição ou retificou o defeito como um gesto de boa vontade ou por razões semelhantes .
4. Para os pedidos de garantia, incluindo os pedidos de indemnização por danos causados por defeitos, o prazo de validade legal aplica-se a partir do seu início, salvo acordo em contrário entre as partes no contrato individual.
 5. Se um defeito material se manifestar numa entrega de bens no prazo de seis meses após a transferência do risco, presume-se que os bens já estavam defeituosos no momento da transferência do risco, a menos que esta presunção seja incompatível com a natureza dos bens ou do defeito.
 6. Se os bens/serviços do fornecedor, recebidos por nós, apresentarem defeitos de origem, o fornecedor deve indemnizar-nos por eventuais reclamações de terceiros, a menos que o fornecedor não seja responsável por esses defeitos.
 7. A nossa aprovação de desenhos, cálculos ou outros documentos técnicos fornecidos pelo fornecedor não afetará a responsabilidade do fornecedor por defeitos e a responsabilidade pelas obrigações de garantia assumidas pelo fornecedor.
 8. O fornecedor será, em princípio, responsável perante nós, sem limitação de indemnização no caso de qualquer forma de incumprimento culposos do dever, independentemente de se afirmarem danos diretos ou indiretos, perdas financeiras ou outros danos. Além disso, o fornecedor será responsável de acordo com a lei de responsabilidade do produto, desde que os seus pré-requisitos sejam cumpridos.
- § 12 Recurso contra o fornecedor**
1. Para além das reivindicações por defeitos, temos direito aos nossos direitos legais de recurso dentro de uma cadeia de fornecimento (recurso do fornecedor de acordo com os artigos 1223º e 562º e seguintes do Código Civil Português (CC)) sem restrições. Em particular, teremos o direito de exigir do fornecedor exatamente o tipo de desempenho subsequente (reparação ou substituição) que devemos ao nosso cliente, no caso individual.
 2. Antes de reconhecermos ou satisfazermos uma reclamação de defeitos, apresentada por um cliente (incluindo o reembolso de despesas nos termos dos artigos 1221º e 1222º do Código Civil Português (CC)), notificaremos o fornecedor e solicitaremos uma declaração escrita, explicando sucintamente os factos. Se não for recebida uma resposta detalhada num prazo razoável e se não for alcançada uma solução amigável, a reclamação por defeitos efetivamente concedida por nós será considerada como devida ao nosso cliente. Neste caso, caberá ao fornecedor provar o contrário.
 3. As nossas reclamações decorrentes de recurso do fornecedor aplicar-se-ão também se os bens defeituosos, tiverem sido posteriormente processados por nós, ou por outra empresa, por exemplo, por incorporação noutra produto.
 4. Se for feita uma reclamação contra nós, por violação de regulamentos de segurança, nacionais ou estrangeiros, ou oficiais ou de regras de responsabilidade por produtos ou por um defeito nos nossos produtos, que seja atribuível aos bens ou serviços do fornecedor, podemos exigir ao fornecedor uma compensação pelos danos causados pelos seus produtos e uma indemnização por reclamações correspondentes de terceiros. No entanto, nos casos de responsabilidade por infração, isto só se aplica se a culpa for do fornecedor. Se a causa do dano se situar na esfera de responsabilidade do fornecedor, este suportará o ónus da prova a este respeito.
 5. Os custos a reembolsar incluirão igualmente os custos de qualquer ação de recolha necessária, bem como os custos de qualquer ação judicial. O fornecedor será informado sobre o conteúdo e o âmbito da ação de recolha a realizar.
 6. O fornecedor compromete-se a subscrever um seguro de responsabilidade civil de produtor, para as suas obrigações decorrentes da sua responsabilidade enquanto produtor dos bens fornecidos, cobrindo igualmente os custos de recolha, em especial. No que diz respeito ao montante dos danos cobertos, deve ser acordado um montante adequado ao risco no caso específico, a menos que tenha sido contratualmente acordado entre as partes um montante mínimo específico de cobertura. A nosso pedido, o fornecedor será obrigado a comprovar a existência de uma cobertura de

seguro suficiente, mediante a apresentação de documentos adequados.

§ 13 Direito de rescisão em caso de força maior

Se, devido a casos de força maior, conflitos laborais, perturbações operacionais não imputáveis a nós, motins, medidas oficiais ou outros acontecimentos inevitáveis que ocorram após a celebração do contrato, a necessidade das mercadorias encomendadas sofrer uma redução significativa, não imputável a nós, podemos rescindir o contrato, no todo ou em parte, ou exigir a sua execução numa data posterior, sem que o fornecedor tenha direito a qualquer reclamação contra nós, desde que os acontecimentos referidos sejam de duração considerável.

§ 14 Direitos de propriedade

1. O fornecedor é responsável por garantir que não sejam violados direitos de terceiros relacionados com os seus bens/serviços, a menos que não seja responsável pela infração.
2. Se forem apresentadas reclamações contra nós por terceiros devido à alegada violação de direitos de propriedade nacionais, ou de direitos de propriedade protegidos na EU, ou num Estado-Membro da EU, ou de direitos de propriedade no país de destino dos bens, ou serviços, desde que tal seja do conhecimento do fornecedor, este será obrigado a indemnizar-nos por essas reclamações, a menos que não seja responsável pela violação dos direitos de propriedade. A obrigação de indemnizar do fornecedor abrange todos os custos necessariamente decorrentes ou relacionados com a reclamação de um terceiro.
3. Se o fornecedor já possuir direitos de propriedade industrial sobre os bens ou serviços encomendados ou sobre os processos para o seu fabrico, estes devem ser-nos comunicados a pedido, com indicação do respetivo número de registo, e ser-nos-á concedido um direito de utilização temporariamente ilimitado, gratuito e não exclusivo, na medida em que tal seja necessário para atingir o objetivo proposto, acordado contratualmente.

§ 15 Declaração de conformidade CE / Declaração de fabricante / certificado de origem / certificados / aprovações

1. Os bens do fornecedor, devem cumprir todos os regulamentos, directivas e normas relativos aos bens em questão e devem ser fornecidos com os certificados e aprovações obrigatórias. Se for exigida uma declaração do fabricante ou uma declaração de conformidade (CE) para os bens, o fornecedor deve prepará-los e disponibilizá-los imediatamente a expensas suas.
2. Os bens fornecidos não devem estar sujeitos a quaisquer restrições à exportação ou boicote e, em especial, não devem ser abrangidos pelo anexo I do regulamento comunitário, relativo à dupla utilização. Se os bens fornecidos forem enviados para o estrangeiro por nós, o fornecedor deve fornecer-nos os documentos pertinentes para apresentação à Autoridade Tributária e Aduaneira, mediante pedido.
3. Se partes dos bens e serviços estiverem sujeitas a autorização de acordo com a Lista de Controlo de Exportação / ECCN, o fornecedor deve informar-nos disso separadamente ou na confirmação da encomenda.
4. O fornecedor compromete-se a fazer acompanhar cada entrega de um certificado de origem.

§ 16 Confidencialidade

1. Durante a vigência do contrato, o fornecedor compromete-se a manter confidenciais todas as informações e documentos a que tenha acesso, no âmbito do contrato e a não registá-los, transmiti-los a terceiros ou explorá-los de qualquer forma, a não ser que tal tenha sido expressamente aprovado por escrito, ou seja necessário para atingir o objetivo do contrato.
2. Exclui-se disto qualquer informação:
 - o que já era do conhecimento do fornecedor, antes do início das negociações contratuais ou que é divulgado por terceiros como não confidenciais, desde que esses terceiros não violem, eles próprios, obrigações de confidencialidade;
 - o que o fornecedor desenvolveu independentemente de nós;
 - o que é ou torna-se do conhecimento público sem culpa ou ação do fornecedor, ou
 - o que deve ser divulgado devido a obrigações legais ou a ordens oficiais ou judiciais.

Neste último caso, o fornecedor deve informar-nos imediatamente antes da divulgação. Isto sem prejuízo de outras obrigações legais relativas à confidencialidade.

3. O fornecedor compromete-se a proteger os nossos segredos comerciais contra o controlo de terceiros, através de medidas de sigilo que sejam razoáveis nas circunstâncias e que correspondam, pelo menos, ao nível de diligência habitual no comércio e ao nível de proteção que o fornecedor aplica aos seus próprios segredos comerciais da mesma categoria.

§ 17 Disposições finais, local de jurisdição, lei aplicável

1. O local de execução e o local exclusivo de jurisdição para todos os litígios decorrentes da relação contratual entre as partes é a Comarca do Porto, desde que o fornecedor seja uma empresa, uma pessoa coletiva de direito público ou um fundo especial de direito público ou o fornecedor não tenha um local de jurisdição geral em Portugal ou transfira o seu local de jurisdição para o estrangeiro. Como exceção a esta situação, teremos também o direito de apresentar reclamações contra o fornecedor no seu próprio local de jurisdição geral.
Uma empresa é qualquer entidade que esteja inscrita no registo comercial ou que opere comercialmente e que necessite de uma operação comercial que seja estabelecida de forma comercial. O fornecedor tem o seu local de jurisdição geral no estrangeiro se a sua sede social estiver localizada no estrangeiro.
2. Se qualquer disposição dos presentes Termos e Condições de Compra ou uma disposição no âmbito de outros acordos for ou se tornar inválida, a validade de todas as outras disposições ou acordos não será afetada.
3. A língua do contrato é o português. Se as partes também utilizarem outra língua, nos termos do acordo, a redação portuguesa prevalecerá.
4. As relações contratuais e outras relações jurídicas com o fornecedor são regidas pela lei portuguesa.